

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@estado.com.br



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO
FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
(1969 - 1996)

Diretor-responsável
FERNÃO L. MESQUITA

Diretores
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor-superintendente
Francisco de Mesquita Neto

Diretor-executivo
Leão Serva

Diretor-comercial
Roberto Crissiuma Mesquita

Editor-chefe
Celso Kinjô

Diretor da Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

A terceira onda

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, sustenta que o Brasil está começando a viver uma “terceira onda” de crescimento econômico. Essa onda é idêntica às registradas durante o governo JK, nos anos 50 (a primeira da fase moderna de nossa economia), e durante os governos militares, entre o final da década de 60 e o início da década de 70, até o primeiro choque internacional do petróleo (a segunda).

Deve-se descontinuar na previsão de Mendonça de Barros o otimismo natural de um homem de governo. Mesmo assim, é possível que a pequena retomada do crescimento da economia brasileira, que vem se registrando desde meados do semestre passado e que ainda não atingiu todos os setores, possa se transformar num novo *boom* econômico. Pois nunca a História do Brasil registrou tanta disposição dos capitais internos e externos de investir na economia nacional como depois que o Plano Real, mesmo que ainda precariamente, saneou a moeda e deu alguma segurança e algum horizonte para os investidores.

Um estudo sobre intenção de investimentos no Brasil, divulgado ontem pelo jornal *Gazeta Mercantil*, contabilizou 616 projetos de investimentos com valor acima de US\$ 10 milhões anunciados nos últimos meses, num total de US\$ 220 bilhões. Esse dinheiro será aplicado por companhias nacionais e estrangeiras interessadas em instalar negócios ou expandir os que já estão aqui, até o ano 2000. Isso é quase a mesma quantia investida pela iniciativa privada em todo o planeta no ano de 1994. Desses projetos, apenas 66 já estão sendo implantados.

Para se ter uma idéia do potencial desses investimentos, é possível fazer um cálculo simples. Esses US\$ 220 bilhões em quatro anos representam, em média, investimentos anuais de R\$ 55 bilhões, algo em torno

de 8,5% a 9% do PIB. A economia brasileira hoje está trabalhando com uma taxa total de investimentos de cerca de 16% do PIB. Essa taxa, segundo o economista Armando Castelar Pinheiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e chefe do Departamento Econômico do BNDES, em artigo publicado esta semana no jornal *O Estado de S. Paulo*, é compatível com um crescimento anual de 3,8% do PIB apenas. Aliás, taxa máxima de crescimento que o governo está prevendo para este ano. Confirmados esses investimentos todos anunciados ultimamente e mais um pequenínimo crescimento da poupança interna pelas medidas que Mendonça de Barros está estudando (poupança-aposentadoria, incentivo aos fundos de pensão privados), a taxa de investimento na economia nacional salta para cerca de 25% do PIB. Isso é compatível, de acordo com o estudo do professor Castelar Pinheiro, com um crescimento anual do PIB de 7,1%, a média histórica nacional antes do desastre iniciado em meados dos anos 70.

Mas, para todas essas promessas de investimentos (ou pelo menos a maior parte delas) se concretizarem e até atraírem outros interessados em investir no Brasil, é condição básica a consolidação do Plano Real. Isso depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, das emendas constitucionais de reforma do Estado e de o governo apressar as privatizações e as concessões de serviços públicos. Mais da metade dos investimentos prometidos estão direcionados para três setores de infra-estrutura. Telecomunicações, energia e transportes têm possibilidade de receber US\$ 125 bilhões quando começarem a ser passados para a iniciativa privada. E eles são a base para todo o resto e para atrair ainda mais dinheiro: segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, “nós não temos energia hoje para crescer mais de 3,5% a 4% ao ano”.